

Gados da Tapiraguaia pisam os Tapirapé



esparsa de posseiros e caçadores que, entretanto, não ofereciam ameaça maior ao domínio das terras dos Tapirapé.

Em dezembro de 1959 deu-se a primeira alienação oficial de terras naquela área. O governador do Mato Grosso, Ponce de Arruda, começou a doar áreas "no mapa" para fazendeiros que as requeriam, sem se importar se ali vivesse índios ou posseiros.

A Tapiraguaia aparece entre 1961 e 1962, quando Medeiros e Carneiro compram dos requerentes diversas glebas que compunha a área Tapirapé. Sempre com os índios dentro, é claro. A partir de então, começam as manobras para tentar "legalizar" o esbulo descarado. Em 1967, por exemplo, com a convivência de um chefe de posto do então SPI - Serviço de Proteção aos Índios - a Tapiraguaia "doou" (veja só que generosa) aos Tapirapé 9.230 hectares das terras dos próprios índios. Com escritura em cartório e tudo o mais.

O SPI caiu de podre e veio a Funai. E a Tapiraguaia ampliou suas derrubadas e pastagens. Outras duas fazendas, a Codeara (do BCN-Banco de Crédito Nacional) e a Porto Velho (dos fertilizantes IAP) haviam ocupado as terras antigas dos Tapirapé. Aliás, em toda aquela região o latifúndio se instalava, com as bençãos da SUDAM, para desgraça de posseiros e índios.

DEMARCAÇÃO CONGELADA

Em 1975, a Funai preparou um ambicioso "plano de desenvolvimento econômico e social da ilha do Bananal", que além de baboseiras como a proposta de criação intensiva de gado na ilha pelos Karajá, continha também um projeto de regularização da

área dos Tapirapé. Essa área embora situada no Mato Grosso, compõe, com a ilha do Bananal, o Parque Indígena do Araguaia. Pelo "plano", a demarcação da área Tapirapé estaria concluída até a metade de 1977, mas a Tapiraguaia conseguiu "convencer" o general Ismarth de Araújo Oliveira, então presidente da Funai, a congelar o projeto de demarcação.

E assim o tempo foi passando. A Tapiraguaia invadiu a mata dos Tapirapé, derrubou uma parte e semeou capim. E os latifundiários tentaram de tudo para que os Tapirapé desistissem de seus direitos: de presentes para a área indígena, seria criada uma "reserva florestal", onde nem os índios entrariam nem a Tapiraguaia derrubaria. Acontece que essa área continuaria ilegalmente escriturada em nome da Tapiraguaia, que aproveitaria para, dessa forma, cumprir uma exigência da SUDAM e do IBDF, que obrigam as fazendas da Amazônia a preservarem 50 por cento de sua área a salvo de machados e serras elétricas.

Mas Tapirapé não se deixaram comprar, enganar ou intimidar. E agora estão dispostos a tudo. Seu ânimo cresceu a partir de agosto de 1977, quando receberam irmãos de diversos povos indígenas para uma assembléia de chefes em sua aldeia. Ali os Xavante e outros índios se comprometeram a ajudar, no que fosse necessário, aos Tapirapé que estão dispostos a tudo para defender sua terra. Inclusive a guerra, se for preciso. (ANTONIO CARLOS MOURA)

Janeiro de 1981. Mil cabeças de gado da fazenda Tapiraguaia pastam tranquilamente dentro de uma área dos índios Tapirapé. Área que a fazenda invadiu. Derrubando a mata nativa e plantando capim. Dia 13, terça-feira. Um grupo de índios sai da aldeia. Armado com arcos, flechas e bordunas. Eles vão até o pasto e flecham 24 cabeças de gado. Carregam três das reses abatidas para a aldeia, onde fazem um churrasco.

Este foi, com anos de atraso, o primeiro grito de guerra dos pacíficos índios Tapirapé, que vivem no município de Santa Terezinha, no nordeste do Estado Mato Grosso, junto às divisas com Goiás (ilha do Bananal) e Pará. O inimigo invasor, a fazenda Tapiraguaia, pertence aos empresários paulistas José Augusto Leite de Medeiros e José Carlos Pires Carneiro, que possuem outros vários latifúndios naquela região.

Como cúmplice da fazenda, por sua omissão e conivência, a Fundação Nacional do Índio, que, desde 1975, vem fazendo, um atrás do outro, diversos projetos de delimitação e demarcação de reserva dos Tapirapé. Tudo no papel e na conversa fiada, conforme já descobriram os índios. Por isso, eles receberam como a "gota d'água" a notícia transmitida dia 9 de janeiro por uma fonte da própria Funai, de que o órgão de "proteção" ao índio, havia decidido entregar à fazenda essa área invadida e transformada em pasto. E partiram para a guerra. A Funai que até então trabalhava em silêncio (contra os índios naturalmente), resolveu aparecer. No dia seguinte, 14 de janeiro, o ex-sargento Temponi, da FAB, que é, faz alguns meses, o diretor do Parque Indígena do Araguaia (ao qual pertence a área dos Tapirapé), foi à aldeia para conversar com os índios. Ele negou que a Funai houvesse entregado à fazenda a área litigiosa. Acrescentando que o órgão não poderia fazer isso, porque "provocaria muita reação da opinião pública". Criticou a matança do gado, mas reconheceu que essa era uma forma de os índios pressionarem e que eles estavam defendendo um direito deles. Temponi disse ainda que a Funai iria mesmo demarcar a terra, mas que ele não sabia informar quando isso aconteceria e que a picada feita três anos antes pelos próprios Tapirapé (que enjoaram de esperar pela Funai) seria confirmada oficialmente. E tentou desculpar a Funai, falando que a demarcação não tinha sido feita, ainda, porque havia muito serviço para o órgão, em todo o país (certamente ele se referia ao passeio turístico que o coronel Nobre da Veiga empreenderia, naqueles dias à França, incorporado à alegre comitiva do general Figueiredo).

GUERRA ABERTA

Os Tapirapé não deixaram por menos. Responderam grosso. Dizendo que iriam mesmo à guerra para recuperar sua terra e exigiam a demarcação imediata da área, de acordo com a picada que eles haviam feito.

O diretor do Parque voltou um dia depois (15 de janeiro), dizendo que o gerente da Tapiraguaia lhe prometera tirar o gado do pasto nos três dias seguintes. Temponi disse que levaria as reivindicações dos índios a Brasília, e pediu-lhes paciência.

A viagem a Brasília não demorou. Mas quem viajou foram os próprios Tapirapé. Quatro líderes (Xywæri, Awætekãto'I, Xãriõ e Xãwãraxowi) foram à capital federal para encontrar-se com o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga. Este "enrolou" como pôde, e fez os quatro tapirapé assinarem um documento em que se comprometiam a não praticar nenhum ato hostil contra a fazenda, até que a reserva fosse demarcada. E, o que é pior: essa demarcação seria iniciada somente dentro de seis meses (em julho). Um dos quatro líderes, Xywæri, declarou ao coronel presidente que eles assinavam a contragosto, e que na aldeia ninguém aceitaria esse acordo.

Não deu outra. Quando voltaram para casa, e comunicaram a seus irmãos o resultado da viagem, os quatro assistiram a uma reação indignada contra a Funai. Os Tapirapé disseram que não iam esperar a demarcação, de braços cruzados, enquanto o gado da fazenda invadia impunemente sua reserva. E decidiram limpar a picada demarcatória. Pensaram, também, em comunicar a situação a outras nações indígenas - como os Xavante, os Kaiapó e outros - que, em oportunidades anteriores se haviam oferecido para ajudá-los em qualquer luta em defesa da terra. A situação continua tensa, e os Tapirapé estão firmes em seus propósitos, apesar das pressões que tem sido feitas pelos funcionários da Funai e da própria Tapiraguaia.

HISTÓRIA

A história da invasão das terras dos Tapirapé pelos latifundiários da Tapiraguaia não é muito diferente de dezenas de outras, envolvendo diferentes tribos, de ponta a ponta do país. Todo o vale do Rio Tapirapé, um afluente do Araguaia, pela margem esquerda, era habitado tradicionalmente, por esses índios, de língua tupi, que possuíam, até inícios deste século, pelo menos cinco grandes aldeias. Dizimados pelas doenças trazidas pelo homem branco e pelas incursões guerreiras dos Kaiapó (que até há três décadas mantiveram-se como inimigos), os Tapirapé se mudaram, em 1950, para a foz de seu rio - a chamada barra do tapirapé, e dois quilômetros de uma aldeia dos Karajá. Em 1952, chegaram ali as Irmazinhas de Jesus, uma fraternidade de religiosas originárias da França. Elas encontraram apenas 51 índios, muito doentes e sem ânimos para viver.

Lentamente a tribo foi se reerguendo. As famílias cresceram, com a assistência das Irmazinhas, cujo trabalho foi reconhecido, por antropólogos brasileiros e do exterior, como um exemplo de respeito e valorização da cultura indígena. Até então, aquela área estava livre de fazendeiros, embora se registrasse a presença